

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

EMENDA Nº

(ao PL nº 7.075, de 2002)

Emenda modificativa ao PL nº 7.075, de 2002, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PINTO ITAMARATY

Dê-se aos arts. 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei nº 7.075, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido das seguintes alínea e parágrafo:

‘Art. 38

j) as emissoras de radiodifusão deverão destinar, entre as 6 (seis) e às 24 (vinte e quatro) horas, 5% (cinco por cento) de sua programação para promoção da cultura nacional e regional.

.....
§ 2º Para os efeitos do disposto na alínea *j*, considera-se como regional aquela programação que aborde predominantemente temáticas da região sócio-econômica na qual inserida a emissora.

Art. 3º Os arts 59 e 63 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 59

a) multa variável de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados na forma da legislação vigente;

.....
Art. 63.

a) infração dos arts. 38, alíneas *a*, *b*, *c*, *e*, *g*, *h* e *j*; 53, 57, 71 e seus parágrafos; (NR)

Art. 4º As emissoras de radiodifusão deverão adaptar-se aos termos desta Lei no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após sua publicação.”

Justificação

O PL nº 7.075, de 2002, vem, em boa hora, regulamentar os incisos II e III do artigo 221 da Constituição Federal, porém, o percentual proposto é impraticável ou, quando muito, acarretará a produção de programas de

qualidade insatisfatória, principalmente em regiões de baixa densidade populacional.

Assim, a presente emenda procura adequar o PL à realidade brasileira, muito heterogênea, até porque o percentual de 5% (cinco por cento) não é pouco considerado tratar-se de patamar mínimo, nada impedindo que, em regiões onde a produção cultural é mais significativa, esses valores sejam em muito superados.

Outrossim, ao tratar da cultura nacional e regional, definindo como programação regional aquela que aborde predominantemente temáticas da região sócio-econômica na qual inserida a emissora, objetiva a presente emenda adequar-se ao texto constitucional, que utiliza exatamente essas mesmas expressões.

Também a alteração dos valores mínimo e máximo da pena de multa aplicável às emissoras objetiva atualizar o valor atualmente estipulado na Lei nº 4.117, obviamente desatualizado, mas também adequar a realidade das emissoras brasileiras.

Entendemos, assim, que a presente emenda constitui um aperfeiçoamento do texto ao PL nº 7.075, de 2002, tornando despidiendos os anexos PLs nºs 3.384, de 1997 e 2.041, de 2007.

Isso porque, em relação ao Projeto de Lei nº 3.384, de 1997, apensado à proposição principal, a estipulação de horários tão delimitados acabaria por uniformizar a programação das emissoras, acarretando um gravame ao ouvinte ou telespectador, que teria a diversidade de programas veiculados reduzida.

No tocante ao Projeto de Lei nº 2.041, de 2007, a obrigação de veiculação de músicas locais ou regionais, por todas as emissoras de radiodifusão sonora, além de não encontrar respaldo constitucional, ainda afronta a segmentação de programações, tão usual (e necessária) nas emissoras de rádio brasileiras.

Sala das sessões, em de junho de 2008.

Deputada NICE LOBÃO - DEM/MA